Violencia Infantil

Autor(res)

Ângela Maria Melo Sá Barros
Gabriele Santos Peres
Silvana Queila Da Silva
Valquiria Oliveira Da Cruz
Amanda Ferreira Nunes
Marlice Pereira Coutinho
Pâmela Dario Pires Rodrigues
Deise Silva Oliveira De Almeida

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Resumo

Introdução- Na faixa etária infantil, a violência alcança números expressivos, é responsável por prejuízos de ordem física e psicossocial às crianças e pode refletir negativamente na saúde do indivíduo quando adulto. O domicílio considerado socialmente como ambiente de proteção, segurança e afeto, passa a ser cenário de agressão. A criança e o adolescente precisam ser considerados titulares de direitos e sujeitos que devem ser protegidos pelo Estado, pela sociedade e pela família. Objetivo – Identificar tipos de violência infantil e seu enfretamento. Métodos – Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura, foram analisados artigos encontrados na base da Scielo publicados no período de 2019 a 2020 e Google Acadêmico publicados em 2011. Resultados - Para a identificação da vítima obteve-se dados referentes à idade, sexo, residência, escolaridade e tipo de violência sofrida. Esses eventos foram caracterizados como: negligência ou abandono, violência física, psicológica, sexual e outras e trabalho infantil e na maioria das vezes o agressor foi caracterizado quanto ao sexo, parentesco com a criança, envolvimento com drogas lícitas e ilícitas e autorrelato de doença psiquiátrica. Conclusões – Evidenciou-se que, nos cenários nacional e internacional, a violência é identificada como um problema de saúde pública que infringe os direitos humanos, sendo representada por pluricausalidades nos diversos ambientes sociais, e percebida nas relações entre diferentes grupos e culturas. Para a necessária celeridade na aplicação e execução das medidas protetivas torna-se essencial maior integração entre as instituições permitindo formas articuladas de intervenção. A instância judicial não pode ser a porta de entrada da comunicação da violência. Urge fortalecer a interação dos diversos programas e setores – Assistência Social, Segurança Pública, Educação e Saúde – buscando construir fluxos e processos comuns de trabalho mais efetivos na defesa e proteção das crianças.